

ATA EXTRAORDINÁRIA Nº 02/2026 - REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONJUNTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, CONSELHO FISCAL E COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO TIMBOPREV – APRESENTAÇÃO DO RESULTADO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL 2026

Aos dois dias do mês de abril de dois mil e vinte e seis, às dez horas e trinta minutos, de forma online, por meio da plataforma meet, reuniram-se os membros do Conselho de Administração: Romero Espindola e Silva, Chantelli Thayna Ritter Izeppi, Graciela Ines Uber Gomes, Giani Zaira Seidel, Alan Evaristo Mengarda, Rodrigo Dall Onder Spaniol (suplente) juntamente com os membros do Conselho Fiscal: Tiago Teixeira Larangeira e Vanessa Grazielle Maas, Kátia Regina Lazarini Vilvert, e os membros do Comitê de Investimentos: Joel Ricardo Raiter, Romero Espíndola e Silva, Carmelinde Brandt e Greyce Nardelli Severino. Participaram da reunião o Secretário da Fazenda e Administração o Sr. Thomas Henrique Nogueira Campregher, a Diretora Presidente do TIMBOPREV Carmelinde Brandt, Pâmela Correa Pereira da Luz (servidora do Instituto), a Diretora Executiva do Timboprev Tereza Beatriz Bertoldi Floriani, e o Sr. Guilherme Walter, Atuário da LUMENS Atuarial. A Sra. Carmelinde, deu abertura da reunião cumprimentando a todos, falou da obrigatoriedade de realizar o Cálculo atuarial todos os anos, que nesse anos o cálculo foi embasado em novas premissas, visto que foi realizado o estudo das hipóteses atuariais em 2025 e passou a palavra para o Sr. Guilherme da Lumens para a apresentação do Resultado da Avaliação Atuarial 2026. O Sr. Guilherme fez um breve relato de como funciona a elaboração do cálculo atuarial; falou da obrigatoriedade legal anual de elaboração do cálculo atuarial e dos objetivos do Cálculo Atuarial para os Institutos de Regimes Próprios; que o estudo atuarial tem por finalidade reavaliar atuarialmente o plano de benefícios administrados pelo TIMBOPREV, a fim de apurar, dentre outras informações, as estatísticas referentes aos segurados e beneficiários vinculados ao Ente, as provisões técnicas, o passivo atuarial, os custos, as contribuições necessárias patronais e dos servidores, do plano de equacionamento para financiar o déficit atuarial estabelecendo quais as alíquotas ideais, e também dos fluxos atuariais de despesas e receitas previdenciárias. Informou que em 2025 foi feito o teste de aderência, que utiliza histórico de dez anos e verificar se as premissas estão adequadas as que estão sendo utilizadas nos cálculo e que o estudo sugeriu que algumas premissas deveriam ser adequadas/alteradas. Em seguida passou a fazer a apresentação do Relatório Atuarial 2026. O Instituto tem um total de aproximadamente 1378 segurados e beneficiários, distribuídos entre ativos, inativos e pensionistas, de acordo com os dados coletados em agosto/2025, com perspectiva de recebimento de benefício, que estão atrelados ao passivo atuarial; comentou das alíquotas de contribuição normais, sendo do Ente 22% da base do salário de contribuição dos ativos, dos servidores ativos 14% e dos aposentados e pensionistas 14% da parcela que supera o teto do RGPS; que a receita total da contribuição normal corresponde aproximadamente ao valor mensal de R\$ 1,56 milhões e as despesas com a folha de pagamento dos aposentados e pensionistas corresponde ao valor aproximado de R\$ 2,10 milhões no mês, apontando uma falta financeira de R\$ 548,6 mil, mas o Instituto ainda possui as receitas da alíquota suplementar e da compensação previdenciária, que correspondem aproximados R\$ 2,98 milhões mensais e com isso o Instituto fica com uma sobra financeira mensal; que essa sobra também está atrelado a entrada de aproximados 75 novos servidores ativos, com idade média de 37 anos, e com isso o Instituto ficou com uma taxa de dependência de 2,11 ativos para cada benefício pago; que foram concedidos 12 benefícios de janeiro até agosto/2025 e que nos próximos cinco anos aproximadamente 131 servidores estarão aptos a se aposentar por cumprir uma regra de aposentadoria. O Sr. Guilherme comentou que com o passar dos últimos anos, o RPPS teve um crescimento significativo de valores. Lembrou também o ente federativo entra com um custo suplementar, que foi modificada a forma de pagamento, que passou para alíquota sobre a folha de pagamento de professores e aportes financeiros, e isso tendo um olhar voltado para a situação fiscal do Município, devido a restrições orçamentárias e financeiras que dependem do seu ente federativo para o equilíbrio financeiro do Instituto Timboprev. Após a reforma da Previdência de 2019, trouxe regras mais rígidas para a aposentadoria, tendo o pagamento de benefício diferenciado para os atuais e para os novos ingressantes, e do ponto de vista atuarial, as novas admissões trazem uma tendência atuarial positiva, pois com as contribuições do segurado, o valor patronal pago mensalmente, melhorou a situação financeira dos RPPS, diminuindo assim o déficit atuarial. Em seguida o Sr. Guilherme passou a apresentar a análise atuarial, que fechou o ano com o total de 198 milhões de recursos, que temos um plano de amortização para pagar o déficit atuarial que está vigente e que representa R\$ 214 milhões. No plano de amortização, temos a Lei

aprovada nº 3614/2025 sobre o pagamento de uma composição mista da alíquota suplementar, que é sobre a folha de pagamento de alguns cargos, que está em 31,84%, e de aportes (valores fixos desvinculados da folha), que ficou estabelecido para este ano de 2026 no valor de R\$ 763.000,00 mensais, sendo que essa lei é vigente pelo prazo de 30 anos, até 2055. Esse valor de amortização corresponde até a presente data o valor de R\$ 214.467.967,21. O Sr. Guilherme continuou a apresentação falando que somando os ativos garantidores, valor do patrimônio e do plano de amortização, encerrou o ano em 2025 com o resultado de R\$ 412.647.902,03; que, considerando a taxa de juros de 5,53% ao ano, o valor necessário para garantir o plano previdenciário deve ser de R\$ 411.358.004,62 milhões (valor correspondente de benefícios concedidos e a conceder). Comparando ao que o Instituto tem a receber que é de R\$ 412 milhões (patrimônio mais o plano de amortização) com o quanto deve ter em caixa de R\$ 411 milhões, dará diferença positiva de R\$ 1.289.897,41, ou seja, um superávit atuarial. Falou que esse superávit existe, mas não representa uma sobra existente. Isso acontece devido a existência do plano de amortização que vai até 2055, que faz frente ao déficit financeiro, chamado de superávit escritural contábil que vem do plano de amortização. Se o plano de amortização não for considerado, o Instituto fica com déficit atuarial de R\$213.178.069,80, mesmo considerando a reforma da previdência; mas é importante ficar claro que o Instituto tem déficit atuarial que está equacionado por causa do plano de amortização. O Sr. Romero perguntou sobre o saldo do COMPREV se está causando algum impacto no Fundo de Capitalização, visto que é um saldo a receber. O Sr. Guilherme informou que esse valor está deduzido nos benefícios concedidos e a conceder, mas que no anexo 3 - demonstrativo contábil está detalhado. Dando sequência, comentou sobre o indicativo da Avaliação Atuarial, temos a Lei 3614/2025, ela pode ser mantida para este ano de 2026, sem a necessidade de alteração, porque esses valores da alíquota suplementar e aportes são suficientes para sanar o déficit atuarial. O município em 2026 participa com 22%, e o custo suplementar misto representa 28,98%, o esforço patronal do ponto de vista previdenciário equivale a 50,98%. Com isso direciona o Instituto na busca do equilíbrio financeiro e atuarial. Finalizando a apresentação, sugere para este ano de 2026, referente ao plano de amortização, que seja mantida a Lei 3614/2025, que é a sequência de alíquotas sobre a folha de professores ativos, juntamente com os aportes mensais pelo prazo de 30 anos. Para o ano de 2027 será mantida a Alíquota Patronal 31,84%, e os aportes terão uma pequena redução, ficando no valor de R\$ 729.900,00, e assim sucessivamente até 2055. O Sr. Guilherme apresentou um gráfico correspondente à evolução esperada das despesas, que é chamado Fluxo Atuarial, no qual está inserido as receitas de contribuição (em roxo), as despesas (em laranja) de 2026 até 2081, e alguns pontos a considerar como: em 2026 terá 55 servidores aptos a se aposentar, e não efetivando ninguém no município até 2031, o Instituto terá um déficit financeiro, ou seja o Timboprev passaria a arrecadar menos que gastaria com benefícios, e em 2056 teria uma queda brusca de receitas, encerrando o plano de amortização vigente, e em 2071 venceria a última aposentadoria. Resumindo a apresentação, comentou que o Timboprev está no caminho certo com relação à Avaliação Atuarial, cuja avaliação está positiva, considerando o plano de amortização vigente. O Sr. Alan pediu a palavra e disse que tem dúvida, e que queria entender o impacto do cálculo atuarial referente à nova regra da previdência depois da reforma, a questão do aumento real de salário, e no relatório aparece algo como taxa de juros, e também antes da reforma da previdência, o gráfico mostrava aumento do déficit e gostaria de saber se o déficit está aumentando ou diminuindo, e qual é o melhor caminho para sanar o déficit, e se novas nomeações ajuda a sanar o déficit. O Sr. Guilherme informou que na avaliação atuarial tem uma planilha mostrando a evolução de índices de cobertura das previsões, que na avaliação de 2025 o índice foi 48,43%, em 2024 foi de 41,54% e em 2023 foi de 38,17%, o que demonstra que até o momento teve uma evolução pouco mais de 10% de índice de cobertura, embora o valor do déficit atuarial não tenha alterado tanto. O Instituto Timboprev evoluindo na busca do equilíbrio financeiro e atuarial. Na questão dos concursos, não se pode afirmar que diminua o déficit, mas que os concursos devem ser feitos se há necessidade de preencher as vagas caso existam. Como hoje o Município já tem reforma previdenciária feita, hoje temos, uma tendência que esse grupo novo seja bom do ponto de vista financeiro para o Timboprev, bem como no ponto de vista atuarial. Nas demais questões, você deve se referir ao teste de aderência tem algumas questões a serem identificadas: 1) tem uma parte na taxa de juros, no qual a taxa de convergência vai olhar para a posição dos investimentos do Timboprev, Títulos Públicos, Fundos, outros. Aqueles que não são pré- fixados é realizado um histórico, e será considerado nas projeções. Aqueles que são pré-fixados será considerado a rentabilidade esperada, marcada na curva e dessa forma

chega-se a taxa de convergência. Esta taxa mostra um percentual de 50% de probabilidade de obterem uma rentabilidade tal qual o percentual, que foi apurado em 5,53% ao ano. Esse foi o resultado obtido de acordo com a posição da carteira do Timbóprev para ser utilizado na meta atuarial da política de investimentos. A recomendação da Lumens Atuarial, é fazer o estudo da Taxa de Convergência todos os anos, porque a posição da carteira muda os valores constantemente, e dessa forma nos dá maior segurança, alinhada com as boas práticas do Instituto. **2)** No que se refere a tábua de mortalidade, que prevê a sobrevivência, mortalidade, também é analisado pelo teste de aderência, no qual é feito um comparativo dos últimos 10 anos, verificando as ocorrências neste intervalo de tempo, o que trouxe uma alteração nessa premissa que foi utilizada no cálculo atuarial, pois o tempo de sobrevivência ficou maior que a média anteriormente utilizada. **3)** A questão do crescimento salarial, embasado no Plano de Cargos e Salários, que fica em torno de 1% ao mês, no que se refere aos avanços na carreira, no qual também foi feito um comparativo dos últimos 10 anos, e constatou-se que as remunerações variavam em média 3,2% para o quadro geral e 3,9% para o quadro do magistério. Mas que se optou em permanecer com a evolução salarial de acordo como plano de carreira e salários do Município. Finalizando a reunião, a Presidente do Instituto, A Sra. Carmelinde Brandt tomou a palavra e comentou que antes da reforma da previdência o Instituto tinha um déficit atuarial estimado em 260 milhões, passando ao longo do tempo para 228 milhões, depois 227 milhões e que neste ano está em torno de 213 milhões. Informou também que em 2025 foi realizado um estudo das hipóteses, alterando algumas premissas, mostrando a realidade do Instituto referente ao cálculos. Informou ainda que o envolvimento de todos os conselheiros, e a participação do Ente Federativo, e com pequenas ações de cada um, conseguem diminuir o déficit atuarial ao longo do tempo. A Sra. Carmelinde agradeceu a participação de todos os membros dos conselhos, representantes do executivo, e também ao Sr. Guilherme. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que vai assinada pelos membros participantes e Diretoria Executiva. Timbó, 02/04/2026.

Carmelinde Brandt
Presidente do Instituto
Comitê de Investimentos

Romero Espíndola e Silva
Conselho de Administração
Comitê de Investimentos

Greyce Nardelli Severino
Conselho de Administração -
suplente
Comitê de Investimentos

Joel Ricardo Raiter
Comitê de Investimentos

Chantelli Thayna Ritter Izeppi
Conselho de Administração

Alan E. Mengarda
Conselho de Administração

Graciela Ines Uber Gomes
Conselho de Administração

Giani Zaira Seibel
Conselho de Administração

Rodrigo Dall Onder Spaniol
Conselho de Administração -
Suplente

Vanessa Grazielle Maas
Conselho Fiscal

Tiago Teixeira Laranjeira
Conselho de Fiscal

Tereza Beatriz Bertoldi Floriani
Diretora Executiva do Instituto

Kátia Regina Lazarini Vilvert
Conselho Fiscal